

O NORTE do DISTRITO

QUINZENÁRIO de FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Avença
Proprietário *Dr. Ernesto Lacerda*

Orgão nacionalista, defensor das concelhos do Norte do Distrito de Leiria
Director: *Dr. Joaquim Alves Tomás Morgado*

25 de Janeiro de 1969
Chefe da Redacção: *Prof. A. Paula Santos*

ANO XVII — REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, COMP. E IMP.: OFICINAS GRÁFICAS DA MINERVA CENTRAL — FIGUEIRÓ DOS VINHOS — TELEFONE 7 — N.º 386

OBJECTIVO ESSENCIAL

O objectivo essencial da proposta de Lei, sobre a reestruturação das Casas do Povo que, subscrita pelo Prof. Dr. Gonçalves Proença, ilustre titular da pasta das Corporações e Previdência Social, foi recentemente enviada à Assembleia Nacional, é iniciar o alargamento integral do nosso seguro social à população agrícola ou a ela equiparada.

Segundo a proposta, a extensão da previdência à população rural far-se-á progressivamente, podendo distinguir-se a esse respeito essencialmente três fases: uma primeira fase, que agora se inicia, procurar-se-á consolidar e melhorar, com a colaboração das Caixas de Previdência, o actual esquema de benefícios, conhecido por «esquema mínimo», já em prática nas Casas do Povo, e especialmente orientado para os domínios da assistência médica e medicamentosa e auxílios na maternidade, invalidez e morte do chefe de família, acrescentado a este «esquema» e aqui reside a grande inovação — a concessão de abono de família em favor

dos descendentes ou equiparados de todos os trabalhadores por conta de outrem nas áreas das Casas do Povo, benefícios que, por despacho, poderá depois tornar-se extensivo aos trabalhadores permanentes das áreas ainda não abrangidas por aqueles organismos.

Numa segunda fase, o «esquema mínimo» de benefícios de carácter assistencial, passará progressivamente a assumir natureza e importância equivalentes à do esquema correspondente nas Caixas de Previdência, sobretudo pelo que respeita à assistência médica e medicamentosa.

Por último uma terceira fase, todo o regime da previdência rural tenderá para a equiparação com o regime geral, salvaguardadas que sejam as exigências e possibilidades próprias do sector.

Objectivo, pois, digno de salientar, já que, uma vez atingido irá beneficiar uma larga camada de trabalhadores que muito merecem ser amparados e protegidos.

Direcção-Geral da Informação

Ao conferir posse aos directores-gerais da Informação, do Turismo e da Cultura Popular e Espectáculos, o Secretário de Estado da Informação e Turismo disse que, a partir de agora, é ao nível ministerial que as mesmas tarefas que incumbiram, ao S.P.N. primeiramente e ao S.N.I. depois e até ao fim do ano transacto, vão decorrer e acentuou que o Governo, ao decidi-lo, terá ponderado nas actuais circunstâncias internacionais e internas que exigem uma mais ampla capacidade de acção, maior autoridade representativa nas estruturas adequadas às obrigações que emergem das novas realidades sempre crescentes e cada vez mais complexas da informação, do turismo, da cultura popular, dos espectáculos e da rádio.

«Assim, com a maior oportunidade, se decidiu com a criação da Secretaria de Estado, fazer face às carências que se acentuaram nos últimos tempos da vida do Secretariado, por manifesto desajustamento orgânico e de estrutura.

Iniciamos agora uma nova etapa em que o estilo de actuar terá também de ser diferente. Cumpre-nos, para tanto, usar meios de agir que não desconheciam as novas técnicas e os novos problemas e de adaptarem aos rumos actualizados que temos de percorrer para servir a colec-

tividade nacional à luz dos critérios que irão impor diferentes fórmulas de actuação.

Este departamento surge num momento em que na vida internacional se avolumam situações de tensão a tornarem cada vez mais precário o equilíbrio nas relações internacionais. Guerras frias, guerras mornas e guerras quentes tiram a tranquilidade à vida dos povos e põem em causa a ânsia justa do progresso social, ao mesmo tempo que desfazem e contrariam os efeitos das conquistas que a inteligência humana tem posto à disposição do homem para sua maior felicidade. As Nações Unidas vivem a mesma hora de desprestígio que há 35 anos foi o prelúdio do aniquilamento da Sociedade das Nações.

Internamente, beneficiaremos ainda da obra de um homem que ao longo de quarenta anos soube conciliar as necessidades da definição de uma doutrina com a restauração material em todos os sectores da comunidade nacional, mas a nossa actividade inicia-se também no momento de graves incidências políticas. Teremos de ser nós próprios, mas todos, a traçar os nossos destinos e a defender o património moral e material que não queremos perder em qualquer circunstância.

Em 27 de Setembro do ano

À PÁGINA-2

António Lacerda Faria

Foi galardoado com o prémio Governador-Geral de Moçambique o nosso prezado conterrâneo e amigo Sr. António Lacerda Faria, distinto alferes miliciano.

Este prémio concedido em cooperação com a T. A. P. destina-se a distinguir os militares em missão de soberania nas nossas províncias Ultramarinas, por gloriosa conduta em campanha.

Ao felicitar-mos o valoroso Alferes, comprimamos também seus extremos pais e mais familiares.

Repartição de Finanças

Afonso Henriques Morgado

Tomou posse do cargo de escriturário de 2.ª classe na Repartição de Finanças do nosso concelho, o Sr. Afonso Henriques Rosa Morgado natural de Ancião.

O novo funcionário que já prestou serviço em Alvaizere está ligado ao nosso concelho por laços familiares.

Sua mãe Sr.ª D. Maria Augusta Abreu, chefe dos C.T.T. em Ancião é natural do Casal de S. Simão e cursou o Liceu em Figueiró e seu pai Sr. José Henriques Morgado conceituado comerciante naquela vila é natural da nossa Comarca.

António Pais Rodrigues

Também recentemente tomou posse na mesma repartição o escriturário Sr. António Pais Rodrigues, natural do concelho de Resende.

Desejamos-lhes as melhores felicidades no desempenho dos seus cargos.

Bombeiros Voluntários

Presépio

Os Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos, continuando uma tradição, e exposeram na quadra festiva o seu monumental Presépio.

Pena é que por falta de propaganda não fosse admirado, como merecia por maior número de pessoas.

«O Degrau»

Com vista à realização de fundos tão necessários a esta corporação, e por iniciativa da Direcção e do Comando, vão os nossos Bombeiros editar um jornal anual intitulado «O Degrau». Que todas as pessoas que amam a sua terra e a causa dos Bombeiros paguem generosamente «O Degrau» são os nossos ardentes votos.

Vida Académica

Pela Escola Secundária

Homenagem

No passado dia 21 do corrente, efectuou-se, no Ginásio da Escola Secundária desta vila, uma interessante e significativa homenagem a uma Distinta Professora, a Ex.ma Sr.ª Dr.ª D. Maria Alice Faria, que, em breve, deixará de prestar serviço naquele Estabelecimento de Ensino.

Da exclusiva iniciativa dos alunos, aos quais se juntaram gostosamente a Direcção, Corpo Docente e Funcionários da Escola, a dita homenagem revestiu-se de elevado significado, porque, numa absoluta comunhão de ideias, amor e camaradagem, prestou-se justiça e manifestou-se a profunda gratidão a uma Senhora que, na nossa Terra, se consagrou devotadamente ao Ensino e aos problemas da Juventude escolar.

Falaram vários alunos: Maria Paula da Conceição Coelho Santos (5.º ano), Jorge Fernando Furtado (2.º ano) e Jorge Vidigal Amaro de Lacerda (1.º ano do Ciclo Preparatório). Todos, através de comoventes e singelas palavras, agradeceram e desejaram as maiores felicidades à Professora Amiga.

Falou, em seguida, a Directora da Escola Secundária, Ex.ma Sr.ª Dr.ª D. Maria Marcelina Armelino, que, em seu nome pessoal e no de todos os Professores, agradeceu o esforço da homenagem em prol do Ensino. Desejou-lhe, em seguida, as maiores prosperidades.

Em representação do Ex.mo Sr. Dr. Henrique Lacerda, Presidente do Município de Figueiró dos Vinhos, que se encontrava em Lisboa, esteve presente o Sr. Vereador Fernando Pires que, em nome da Câmara Municipal, apresentou sinceros agradecimentos e as mais cordiais saudações.

À Ex.ma Sr.ª Dr.ª D. Maria

Pelo Tribunal

Eduardo Ferreira Martins

No dia 4 de Janeiro corrente retomou o seu lugar de escriturário do Tribunal Judicial o Sr. Eduardo Ferreira Martins, titular, desse lugar, do qual foi afastado temporariamente para cumprir o serviço militar.

No seu regresso apresentamos-lhe os nossos cumprimentos.

Alice Faria foi oferecida uma artística salva de prata, recordação dos seus alunos.

Seguiu-se uma animada e abundante merenda, estabelecendo-se, então, franco e são convívio entre Professores e Alunos.

Presépio M. P.

Durante as férias do Natal, esteve aberto ao público, todas as noites, no edifício da Escola Secundária, um artístico presépio da autoria dos alunos daquele estabelecimento de ensino.

Integrado nas Actividades Circum-Ecolares, aquele presépio foi muito visitado, especialmente por Encarregados de Educação e familiares dos alunos.

Visita de Estudo

Os alunos da Escola Preparatória (Preparatória) do C. P. do E. S. que funciona no edifício da Escola Secundária Municipal, acompanhados por três Professores daquela Escola, visitaram, no dia 22 p. p., a Barragem da Bouça.

A interessante e proveitosa visita decorreu de maneira bastante agradável.

Houve alunos que se encarregaram de «reportagens» e de «entrevistar» alguns funcionários da H. E. Z.

Outros, ainda, elaboraram curiosos desenhos da barragem e das regiões limítrofes.

Nova Professora da Escola Secundária

Em substituição da Ex.ma Sr.ª Dr.ª D. Maria Alice Faria, encontra-se pela primeira vez nesta vila, na qualidade de Professora de História e Geografia da Escola Secundária Municipal, a Ex.ma Sr.ª Dr.ª D. Maria da Conceição Corte Real, recentemente Licenciada pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Cumprimos e desejamos as maiores felicidades.

António Santos Angelo

De visita ao Sr. Angelo Silva Santos, brioso militar ao serviço da Força Aérea, encontram-se na Metrópole os Srs António Santos Angelo, sua esposa Sr.ª D. Maria José da Silva, e Sr. António José da Silva, seus pais e irmão respectivamente, aquele natural de Lourenço Marques e estes nossos prezados conterrâneos há longos anos radicados em Moçambique.

A todos desejamos umas férias felizes e recuperadoras.

Direcção-Geral da Informação

findo, quando o Senhor Presidente do Conselho se dirigiu à Nação, no momento em que iniciava a sua actividade, fez um apelo que encontrou eco profundo em todos os portugueses — «sabamos ser dignos desta hora». Foi a síntese perfeita do que teremos de dar e do que poderemos receber, para serviço da Pátria.

Havemos pois de corresponder à fé, que é o penhor da confiança que a nós se pediu; receberemos em troca — estamos recebendo — a dedicação sem limites, a capacidade de trabalho ímpar, a inteligência, no exercício das suas altas funções, num dos mais preocupantes momentos da história da nossa comunidade.

Por fim, após ter assinalado a complexidade dos serviços das novas direcções-gerais, o Dr. Moreira Baptista acrescentou:

«Quando há pouco me referi ao extinto Secretariado Nacional da Informação poderá, porventura, ter-se notado não haver assinalado qualquer nota melancólica, espécie de «requiem» pelo S. N. I. o que, aliás, seria legítimo para quem dirigiu o organismo durante mais de dez anos. Penso, contudo, que perante as tarefas que antevejo, me devo congratular com a possibilidade de oferecermos ao Senhor Presidente do Conselho uma colaboração que desejamos tão eficiente quanto possível, e de que ele necessita neste sector, ao enfrentar os ciclónicos trabalhos da sua altíssima função. Esta Secretaria de Estado, vivificada para a acção, vai procurar entender os desafios que sejam feitos à nossa imaginação por forma a que saibamos responder-lhes, ao serviço de interesse nacional.

A finalizar desejaria acrescentar que todos os que neste departamento trabalham, sabemos em toda a sua extensão, dos altos favores que devemos à Providência em nos conceder um Chefe de Estado, a quem a História reserva o lugar destinado aos grandes portugueses que, para bem da Pátria, souberam ser inteligentes, firmes, prudentes e bondosos.

O povo português — a que pertencemos — venera-o e agradece-lhe, sabendo corresponder maravilhosamente à lição de sabedoria cívica do Senhor Almirante Américo Thomaz.

Nestas minhas primeiras declarações públicas como Secretário de Estado da Informação desejo, ainda, dirigir as mais afectuosas saudações a quantos trabalham na Imprensa, na Rádio e na Televisão — aos que dirigem e a todos os que ali labutam; em todos esses órgãos de informação tenho bons amigos de quem sempre recebi provas de compreensão. Saibam que, nesta função, mais do que nunca, eu ambiciono manter as mesmas relações, no mesmo espírito de simplicidade e com a amplitude que sempre tiveram. Creio conhecer as vossas naturais aspirações e anseios.

Continuarei a esforçar-me por ir ao encontro desses desejos facilitando-os na medida do possível e sem esquecer, naturalmente, em qualquer momento, o interesse nacional.

Por seu turno, o Director-Geral da Informação, Dr. Clemente Rogeiro, frisando a importância do sector que lhe foi confiado para a formação da opinião pública e sublinhando que a nossa

própria Constituição a proclama como «elemento fundamental da Nação» e considera incumbência do Estado «defendê-la de todos os factores que a desorientam contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum». E disse: É um programa que não podemos deixar de cumprir na competência conferida a esta Direcção Geral de «contribuir... para a correcta formação da opinião pública», prevenindo os perigos que possam ameaçar a consciência da Nação na sua unidade, dividindo-a, extraviando-a, despersonalizando-a.

Creio não ser por mero acaso que «Informação», «Turismo», «Cultura Popular e Espectáculos» integram esta nova Secretaria de Estado, como aliás já acontecia no anterior Secretariado.

Para além dos seus relevantes aspectos económicos, o Turismo é o meio mais adequado à formação de uma opinião pública internacional a nosso respeito. Como V. Ex.^a, Senhor Secretário de Estado, tão justamente afirmou em 1965, «através de quase um milhão de turistas que nos visitam (número hoje largamente ultrapassado), desfazem-se as calúnias que, na angústia do tempo, alguns inventam. Os que até nós chegam saem daqui com a clara visão da nossa vida tranquila, das nossas realizações e do crescente aumento de ritmo do nosso esforço de valorização constante. E ficam ainda sabendo que este Povo com oito séculos de história conquistou, por direito próprio, na Europa e noutros continentes, o seu lugar entre as demais Nações».

Quanto à Cultura Popular e Espectáculos todos sabemos que os meios de comunicação de massas não visam apenas informar, mas também informar e divertir. E nessa sua função formativa exercem poderosa influência na formação da opinião pública.

A finalizar, o Dr. Clemente Rogeiro, dirigindo-se aos representantes dos órgãos da Informação, afirmou ter plena consciência da importância, dificuldade e delicadeza da tarefa que lhe acabava de ser confiada e salientou: «Se não trago planos de acção, também não trago ideias preconcebidas nem quanto a problemas nem quanto a pessoas.

Para ser coerente vou procurar primeiro informar-me. Sem ignorar o que existe, há uma nova estrutura a pôr em funcionamento um estilo quando não mesmo um espírito novo a pôr em acção. Vou ver, perguntar e ouvir para poder opinar, tendo sempre presente o propósito do Senhor Presidente do Conselho. «... de permitir mais larga expressão das opiniões, uma informação mais ampla, mais íntima participação do comum das pessoas na vida pública». E no que estiver ao alcance desta Direcção-Geral, tudo se fará para... criar um clima político sem ódios, sem retaliações, que permita um convívio normal entre os que professam opiniões diferentes».

O Senhor Presidente do Conselho não deixou porém de prevenir que «... não só o ambiente internacional está longe de se encontrar desanuviado, como tem de se evitar que os interesses contrários aos de Portugal se insiram perigosamente na frente interna».

Confio nos órgãos de infor-

FALECIMENTO

Octávio David da Silva Pinheiro

Só agora chegou ao nosso conhecimento o infante acontecimento da morte de um nosso dedicado assinante, razão porque também só hoje nos é possível relatar o facto.

Trata-se do Sr Octávio David Pinheiro da Silva, funcionário aposentado da Câmara Municipal de Pedrógão Grande, que faleceu naquela vila no dia 10 de Novembro de 1968, com 75 anos de idade.

O saudoso extinto era casado com a Sr.^a D. Irene Roldão Pinheiro da Silva, e pai dos Srs. António e Álvaro Roldão Pinheiro da Silva e da Sr.^a D. Maria Olga Roldão Pinheiro da Silva.

A toda a família de luto apresentamos sentidos pésames.

Pela Redacção

Recebemos as visitas dos nossos prezados assinantes, Srs:

Joaquim dos Santos, Figueiró dos Vinhos; Rev. Padre Álvaro Ferreira, Semide; Alberto Garcia, Campelo; Augusto Faustino, por Raul Assunção, Moçambique; Aires Martins da Silva, Bairradas; Adrião Lopes Graça, Alardo; Alberto António Cardo, Maças de D. Maria; António Fernandes David, Lisboa; Manuel Henriques Carvalho, Sarzedas de S. Pedro, Alfredo e Francisco Caetano, Alvaizere; Jose Dias Manso Coelho Faria, Moçambique; Ambrósio da Conceição Simões, Aguda; António Tavares de Carvalho, Vila Facaia; Artur Simões Jorge, Aguda; Alfredo dos Santos, Rodésia; Renato da Conceição Nogueira, Bobadela—Savacém; Álvaro da Conceição Caetano, Moscavide; Álvaro da Silva Oliveira, Cobre—Cascais; António Nunes Rodrigues, Lisboa; Manuel Lopes da Rocha, Ribeira de Alge; Lúcio da Conceição Arinto, Algés; Manuel Mendes, Lisboa; e, Manuel Simões Ribeira, Fonte da Corte—Vilas de Pedro.

A todos agradecemos a gentileza da visita.

SEGUROS

Automóvel, Responsabilidade Civil, Fogo, Acidentes de Trabalho Agrícolas e todos os ramos autorizados por lei.

Irolinda Nunes Curado—
Telefone 34—Figueiró dos Vinhos.

mação para poder levar a bom termo a tarefa que a partir deste momento assumo, com o espírito de humildade e de seriedade essenciais a todo o acto de servir.

Quero, com actos, mostrar aos órgãos de informação que podem confiar em mim. Se todos tivermos a «recta intenção de bem servir» o interesse nacional, poderemos divergir nos métodos e nas oportunidades, mas havemos de encontrar-nos nos objectivos últimos a alcançar».

O GOVERNO

enfrenta o problema da indústria têxtil

títulos, as empresas viram-se a braços com a dificuldade de solverem os seus compromissos.

Acresce a tudo isto—diz ainda o despacho—que o sector nem sempre se terá apercebido da profunda e rápida transformação tecnológica que na indústria têxtil algodoeira se verificou e que a fez passar de actividade de mão-de-obra para a industria de capital. E tão grande foi essa transformação que a indústria têxtil se situa hoje entre aquelas que maior investimento exigem por emprego ou posto de trabalho.

Isto significa que, apesar do enorme esforço de investimento feito nos últimos anos, se quisermos manter a nossa industria têxtil actual e competitiva teremos de nela investir muito maiores somas de capital—o que, aliás não significa que precisemos de grandes aquisições de equipamento. Precisamos sim de organizar empresas de produção e de venda, com dimensão, estrutura financeira, quadros administrativos e quadros técnicos à altura das responsabilidades económicas e financeiras, ou seja da mobilização de capitais que este negócio industrial requer. E' isso tudo que hoje falta à grande maioria das nossas empresas que por livre decisão sua, decidiram alargar a sua capacidade de produção e de vendas e recorrer ao crédito comercial em volumes manifestamente desconformes com suas estruturas familiares, a pequenez do seu capital social, a impreparação dos seus quadros de gestão, a insuficiência do seu pessoal técnico».

Na sequência da Orientação exposta, e depois de outros considerandos, o despacho determina que os ministros das Finanças e da Economia actuarão, na presente conjuntura da indústria têxtil algodoeira, do modo seguinte:

A) Tendo sido ouvidos a Caixa Geral de depósitos, Crédito e Providência e o Banco de Fomento Nacional, é assegurada, através destas instituições de créditos, a possibilidade de conversão das dívidas a curto prazo que a indústria contraiu na banca comercial, para o seu reequipamento, em créditos a médio ou longo prazo. Esta conversão ficará sujeita às seguintes condições:

1.^o O capital social acrescido das reservas das empresas que pretendam beneficiar desta medida deve corresponder a pelo menos 30 por cento do investimento dessas empresas em máquinas e construções, depois de abatidas as amortizações recomendadas pela actual evolução da técnica que já foram ou deveriam ter sido feitas. As reservas livres não poderão ser movimentadas, durante o período de financiamento, sem autorização da respectiva instituição de crédito.

2.^o Os esquemas de reembolso dos créditos resultantes da conversão deverão ser escalonados ao longo de prazos cuja duração em nenhum caso poderá exceder 80 por cento do período de amortização do equipamento que, tida em conta a actuar evolução da técnica, ainda falte percorrer.

3.^o As perspectivas de rentabilidade das empresas beneficiadas deverão ser consideradas satisfatórias, à luz da sua evolução recente, do seu apetrechamento técnico, dos seus quadros administrativos, técnicos e comerciais,

e das melhores previstas em projectos de reorganização devidamente fundamentados.

4.^o Na apreciação de cada caso concreto poderão, ainda, os institutos de crédito que procederem a conversões estabelecer outros requisitos que se mostrem indispensáveis e justificados.

B) Sendo, embora, certo que muitas das dificuldades sentidas pelo sector da indústria têxtil se devem às próprias empresas e que a estas, e não ao Estado, cumpre buscar as formas de solução, concedem-se novos e amplos benefícios fiscais, que se traduzem em sacrifícios para o erário público,

Assim as empresas que, explorar indústrias têxteis algodoeiras, resultem de fusão de outras ou as incorporem, será concedida:

a) redução da taxa de sisa a 4 por cento para as transmissões resultantes dos actos de fusão ou de incorporação;

b) isenção de contribuição industrial durante o período de cinco anos contados da fusão ou da incorporação;

c) redução, do imposto de mais valias pelos ganhos resultantes de fusão ou incorporação;

d) redução, durante cinco anos, a metade da taxa de imposto de capitais e isenção, pelo mesmo período, de imposto complementar devido pelos juros das obrigações emitidas pelas empresas;

e) autorização para a aceleração das reintegração e autorizações previstas no artigo 26.^o do Código da Contribuição Industrial.

Os benefícios só serão concedidos se as empresas demonstrarem viabilidade económica e se propuserem substituir, dentro de dois anos, pelo menos 50 por cento de equipamento resultante da fusão ou da incorporação, que se mostre inadequado.»

Cartório Notarial de Figueiró dos Vinhos

Soares, Antunes & Simões

Certifico narrativamente, para fins de publicação que por escritura de 31 de Dezembro de 1968, lavrada de fls. 59 a 61 verso, do Livro de notas para escrituras diversas n.º 242, deste Cartório Notarial, foi, de comum acordo, dissolvida a sociedade comercial em nome colectivo «Soares, Antunes & Simões», com sede em Bairradas, freguesia e concelho de Figueiró dos Vinhos, que já não possuía quaisquer bens no seu activo, nem qualquer passivo.

Está conforme.

Cartório Notarial de Figueiró dos Vinhos, dezassete de Janeiro de mil novecentos e sessenta e nove.

O Ajudante do Cartório,

Acúrcio Rodrigues Portela

Assine este JORNAL

Encomende à Tipografia deste jornal os impressos de que necessite.

Ficará bem servido.

Do Analfabetismo à Televisão

meios de comunicação indispensável ao labor dos campos e ao comércio dos produtos, à concessão de empréstimos a longo prazo que tanto veio a ajudar o pequeno lavrador, enfim, quanto mais se pode adunar em tão extensa relação de beneficiarias agro-sociais — que espantoso contraste de realidades, de possibilidades, de oportunidades!

E não se objecte que o tempo, só por si — de certo modo o tal caso... — é fator imponderável de progresso; porque então replicar-se-ia que bastou a um Homem o escasso período de um ano definitivamente eliminar um mal já crónico, pois «se erguera à altura de uma instituição»: o deficit orçamental (7).

Ainda uma palavra de louvor em referência à proposta do actual Governo, presente à Assembleia Nacional, no sentido de se formular o direito de voto a todos os portugueses, maiores ou emancipados, contanto que saibam ler e escrever.

A iniciativa mereceu extenso editorial do «Diário de Notícias» (7 de Dezembro último), jornal que à frente de outros — é de justiça reconhecer — levantou a primeira campanha contra o analfabetismo.

Assim, tanto homens, como mulheres, sem distinção de categorias sociais, ao invés de disposições anteriores que não facultavam a estas o acesso às urnas, poderão agora usar desse direito.

O reconhecimento da igualdade de sexos e o extraordinário progresso de alfabetização alcançado colocam deste modo a mulher no plano jurídico político que cabe, como elemento representativo da sociedade.

* * *

Em nosso modesto entender, esta problemática carece, todavia, de seguras tomadas de posição.

Por um lado, não devemos esquecer o prognóstico do Chefe do Governo cessante: «Hoje podemos dizer que só potencialmente somos ricos de produtos da terra, mas que viremos a sé-lo de facto pelos dois caminhos que nos estão abertos: a libertação de grande parte do trabalhador rural, em favor da indústria e do Ultramar; maior produção de produtos agrícolas, industrializáveis ou comerciáveis com nações estrangeiras» (8).

Por outro lado, e segundo a opinião de um distinto técnico, o engenheiro Miguel Angelo C. e Silva, «cada vez mais a terra exige menos braços, mas muito mais de inteligências e de facultades de adaptação» (9).

Ainda por outro prisma de observação — o que deve revestir particular importância — está averiguado que «as ideias claras em relação ao bem comum e ao progresso só podem ser cultivadas na idade jovem», visto o indivíduo que ultrapassa a idade dos quarenta anos se mostrar por demais avesso a quaisquer formas de inovação. Em princípio, não há negar este juízo conclusivo, aliás sobejamente comprovado pelo comportamento de gente campestre, eivada de hábitos de rotina e de valores tradicionais negativos.

Ainda o recente esclarecimento de outra autorizada entidade: «Mais de 75 por cento dos jovens consideram a agricultura como a principal actividade do País; mas quase 60 % consideram o trabalho agrícola menos agradável e quase 40% que quase nenhuns ou poucos filhos de lavradores o querem ser, e mais 75 % dão razões económicas e de segurança social à mudança de profissão de agricultores» (10).

E' por estas e semelhantes atitudes — não constitui caso único o que acontece entre nós — que em muitas nações da Europa, nos Estados Unidos e na América do Sul, se segue com o maior interesse a formação profissional agrária da juventude, v. g. a frutuosa experiência da «E' cole Paysame», iniciativa do Padre Granereau (França) e o inegável êxito dos clubes norte-americanos 4-H (vocabulos ingleses começados por H, que significa cabeça, coração, mãos e saúde). Quando a Portugal — e o mesmo sucede em vários outros países — as melhores esperanças parece assentarem na juventude Agrária e Rural Católica (J. A. C.), movimento internacional aprovado pela Santa Sé em 1958, com estatuto consultivo da F. A. O. e da U. N. E. S. C. O.

Regresso à terra

Lê-se na introdução ao livro do engenheiro Cardoso da Silva que a educação do futuro agricultor deverá processar-se sob três directrizes: formação profissional, formação social e formação familiar. «Para banir o subemprego, os trabalha-

dores têm de assegurar um rendimento nunca sonhado pela agricultura tradicional, aliado a uma competência técnica só possível mediante intenso treino profissional. A redução quantitativa da mão-de-obra rural correspondem, no plano de qualificação do trabalho, exigências e normas de vida muito elevadas». No quadro dos dois restantes esquemas, preconiza-se o espírito de associativismo — «a consciência das responsabilidades assumidas num mundo em transformação por um empresário agrícola sabedor e dinâmico, o espírito comunitário que deve possuir para participar nas associações ligadas à produção e à comercialização dos géneros agrícolas, exigem um esclarecimento muito completo em relação à problemática dos nossos dias», e o esforço a incidir sobre a família rural, tanto no seu bem-estar, nos seus lazeres, nas suas opções profissionais e culturais como no seu fundo moral e religioso.

Por aqui se avalia da vastidão da tarefa. E tanto mais árdua quanto seluta com a forte oposição da maioria dos adultos ao enraizamento dos filhos nas labutas da terra. Portugal representa um «caso ímpar», no aspecto negativo, relativamente ao associativismo dos nossos lavradores — consigna-se no inquérito-relatório do engenheiro Cardoso da Silva; por seu turno, os jovens portugueses, à semelhança dos italianos e dos espanhóis, «são os que menos querem ser agricultores», dando preferência a outras ocupações por mais estáveis, lucrativas e até... menos sujas!

Não será, evidentemente, no espaço de uma geração que veremos os campos transformados em cidades agrícolas, modificado o trabalhador no sentido de uma formação de escol, desaparecido o cavador analfabeto, convertido o rufo motorista agrícola num técnico da agricultura, trocada a idiocincrasia isolacionista da gente rural por um compreensivo espírito de associação, mudar enfim, as estruturas sociais correspondentes com vista a um decidido e animoso regresso à terra. O problema será facilitado — cremo-lo — pela volta à metrópole dos nossos soldados, portadores de nova e mais activa mentalidade; pelo girar, a pleno rendimento, da máquina corporativa; por largas e bem orientadas campanhas de persuasão, dimanadas de organismos do Estado, autarquias locais, centros paroquiais, comissões especializadas das Casa do Povo. E também por uma audiência, cada vez mais atenta ao que se passa lá fora, através de conceituados meios de comunicação — Rádio, Televisão e Cinema — atirados para o lixo das coisas inúteis a escandalosa publicidade de certas modas hodiernas e os svergonhosos espectáculos das dissoluções morais...

Esta visão do futuro não a julgamos louca utopia nem fascinadora alucinação de optimismos incorrigíveis. Tudo depende, em mérito nacional, da presença viva e consciente do homem, das suas intenções de bem servir, da eficácia da sua acção firme, constante, progressiva, em obediência ao mandato da Raça, que é o ideal comum. Não há acasos na vida dos povos.

- (1) «Populorum Progressio».
- (2) Bossuet.
- (3) «Por que Waterloo fût la fin d'Austerlitz, la Providence n'a eu besoin que d'un peu de pluie» Vitor Hugo).
- (4) Madame de Sévigné.
- (5) Discurso proferido pelo Prof. Marcelo Caetano e dirigido aos delegados do I. N. T. P., em 7 de Novembro de 1968.
- (6) Censo de 1.º de Janeiro de 1878, anotado no opúsculo do Prof. José Júlio Rodrigues, in «Coisas Portuguesas» (Biblioteca do Povo e das Escolas), o qual comenta, com amargas palavras, a circunstância de em 100 portugueses, de idade superior a dez anos, apenas 23 saberem ler.
- (7) «O Estado Novo — Princípios e Realizações». Edição do S.P.N. O saldo negativo de 1927-28 foi de 328 mil contos. Logo no ano seguinte, gerência de Salazar, o orçamento fechou com o saldo positivo de 1500 contos.
- (8) Discurso pronunciado por Salazar, em 28-5-66.
- (9) «Cadernos do Gabinete de Estudos Económicos e Estatísticos da Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas».
- (10) Inquérito realizado pelo engenheiro António Cardoso da Silva, documentado no seu magnífico trabalho «Alguns Problemas da Juventude Rural», Junta de «Colonização Interna», Lisboa, Maio de 1968.

Cães selvagens Propriedades

VENDEM-SE

À Cruz de Ferro:

Junto à estrada de Arega
Terreno com mato pinheiros e eucaliptos.

Ao Covão dos Bispos:

Terreno com mato e eucaliptos.

Trata o Advogado Dr. J. Alves Morgado ou a proprietária Senhora D. Maria Assunção Nunes Agria Diniz de Carvalho.

Leia e divulgue este Jornal

Agência Central de Contabilidade

em Figueiró dos Vinhos

A cargo de António da Conceição Campos

Equipada com Técnico de Contas inscrito na D.G.C.I. e sistema mecanizado.

Executa toda a escrita comercial ou industrial.

Prédio Vende-se

Ao Barreiro

Com habitação para cinco inquilinos e rés do chão para café ou outro ramo quintal com árvores de fruto.

Tratar com o proprietário Joaquim da Silva, junto à Shell, Figueiró dos Vinhos.

CASA GASPAR

ANTIGA CASA GODET

MODAS • NOVIDADES • EXCLUSIVOS

Chapéus Águia • Gravatas Atca

Tudo para decoração do Lar

Bem servir é o nosso lema

Rua Dr. António José de Almeida — Telet. 42316 — Figueiró dos Vinhos

Transporte de Mercadorias

Furgoneta de Aluguer

DE

José Velhada Assunção

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

— MUDANÇAS —

TRANSPORTE AO QUILOMETRO

SERVIÇO PERMANENTE

NA PRAÇA OU TELEFONE 42453

BONS FRANGOS AOS MELHORES
PREÇOS DO MERCADO SÒ NO

AVIÁRIO FIDALGO

TELEF. 163 (AVELAR)

Figueiró dos Vinhos

ALMOFALA DE BAIXO

A compra directa de gado à Lavoura

Pelo Secretário de Estado do Comércio foi assinado o seguinte Despacho:

«O despacho de 29 de Dezembro último, na parte referente aos preços do gado bovino a pagar à produção, institui um sistema de recepção e, pagamento, com o objectivo de, quanto possível, libertar a Lavoura da intervenção de intermediários na comercialização das reses e no seu encaminhamento para os matadouros.

Esse sistema, como então se afirmou, é meramente facultativo para o empresário agrícola e o êxito que dele se espera obter depende, naturalmente, da colaboração a estabelecer entre as Federações dos Grêmios da Lavoura e a Junta Nacional dos produtos Pecuários à qual cabe a efectivação dos preços anunciados.

Para o efeito, foi a referida Junta encarregada de organizar um serviço de compra directa à Lavoura, nas feiras tradicionais e nos centros de produção mais significativos,

O funcionamento desse serviço tem de assentar essencialmente na existência de «centros de recepção de gado», cuja localização deverá ser criteriosamente escolhida de modo a contemplar o maior número de criadores interessados, sobretudo os das re-

giões onde a propriedade se encontra mais dividida.

As operações que envolvem a compra do gado ao abrigo da presente intervenção, encontram-se desenvolvidamente referidas no citado despacho, e porque assim se espera que a Lavoura colha benefícios, libertando-a de especulações, importa acelerar a montagem da serviço mais conveniente e assegurar-lhe a indispensável eficiência.

Nestes termos determino à Junta Nacional dos Produtos Pecuários que inicie imediatamente os necessários contactos com todas as Federações dos Grêmios da Lavoura, com vista a definir-se para cada região a mais adequada localização dos «centros de recepção de gado», bem como todo o mecanismo inerente ao processamento de modalidade de compra instituída pelo já citado despacho de 29 de Dezembro de 1968.

Entretanto e desde já podem os Lavradores continuar a inscrever nos Grêmios da Lavoura e na própria Junta Nacional dos Produtos Pecuários as reses disponíveis que destinem ao abate, uma vez que este Organismo está habilitado a promover sem demora, a colocação do gado e seu pagamento».

Visado pela Comissão de Censura

Casamento

Na Igreja de S. João Baptista desta vila, realizou-se no dia 19 do mês corrente o enlace matrimonial da menina Maria Adelaide Coelho Diniz filha da Sr.^a D. Augusta Coelho e do Sr. José Diniz com o Sr. Manuel do Carmo Rodrigues, competente viajante de lanifícios, filho da Sr.^a D. Adelina do Carmo e do Sr. António Rodrigues. O solene acto de que foi celebrante o Reverendo Padre Manuel Martins, foi apadrinhado pelo lado da noiva pelos gentis e briosos estudantes, menina Maria Paula Vidigal Amaro de Lacerda e Jorge Henrique Vidigal Amaro Lacerda e pelo noivo a Sr.^a D. Maria do Carmo Rodrigues e Sr. Munuel Mendes.

Em casa da noiva no lugar de Marvila das Bairradas foi servido um lauto banquete ao qual assistiram numerosos convidados.

Ao jovem casal que nesta vila goza de imensa simpatia desejamos um ridente futuro.

Gente Nova

Está em festa o lar do Sr. Alexandre Costa competente Guarda-Livros em Avelar, casado com a Sr.^a D. Fernanda Quintas Costa, residentes em Aldeia de Ana de Aviz, por motivo do nascimento do primeiro filho, uma linda criança do sexo feminino. Os nossos parabéns.

O GOVERNO

enfrenta o problema da indústria têxtil

Reconhece o despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Economia que a indústria têxtil algodoeira constitui no País, o mais importante ramo da actividade industrial e os seus produtos formam o agrupamento de maior valor da nossa balança comercial com o estrangeiro.

Não obstante, e dados os valores de equipamento, produção e exportação, a indústria atravessa grave crise, que lhe não permite disponibilidades financeiras suficientes, quer para fazer face à liquidação de encargos anteriormente assumidos, e que pesam de maneira extraordinária no equilíbrio das empresas, quer para a aquisição da rama indispensável à manutenção de um ritmo normal de laboração.

Depois de se fazer referência ao crescimento espectacular da produção de têxteis e ao seu reequipamento, acrescenta-se:

«Apesar de tudo, o sector, fazendo um avultado investimento, procede em larga medida ao reequipamento das unidades industriais, — quer aproveitando o auxílio que a Administração lhe deu no fomento da exportação, quer aproveitando-se da situação criada com a progressiva abertura do mercado da E. F. T. A.

Em 1967 o sector realizou investimentos de cerca de 540 000 contos.

A contribuição da Caixa Geral de Depósitos para este aumento de investimento eleva-se a mais de 900 000 contos desde 1959 a 1967.

Parece, no entanto, que as empresas deveriam ter canalizado substanciais recursos próprios para a sua reorganização. Não foi isso o que aconteceu.

Por outro lado, as 301 sociedades existentes em 1965 apresentam um capital social médio de 2920 contos, valor que é, manifestamente, insignificante para o vulto das empresas.

Quando estes números se relacionam com o volume dos recursos financeiros mobilizado

Salubridade

A Câmara Municipal de Figueiró (nunca é demais evidenciá-lo), tem estado sempre atenta aos problemas da salubridade do Concelho, promovendo a sua resolução até ao extremo das suas possibilidades financeiras.

Por diligências do Sr. Presidente, levadas a efeito em Lisboa, concedeu o Estado, ultimamente, a Figueiró o apreciável subsídio de 300 contos destinados a esgotos, essa importante obra que nada tem de fachada, mas de cujos benefícios todos auferem.

Grave acidente

Na sua residência, no dia 15 do mês corrente foi vítima de queda desastrosa, o Sr. Virgílio do Carmo Rodrigues considerado comerciante desta vila.

Devido à gravidade do estado em que ficou, foi transportado a Coimbra de onde já regressou, encontrando-se agora em franca convalescença.

Desejamos-lhes completo restabelecimento.

pela indústria nos últimos anos, para a aquisição de equipamento, tem de concluir-se que as empresas seguiram um caminho fácil mas perigoso — o do recurso ao crédito — curto prazo, que a banca até há pouco tempo lhes facilitou.

Acabado o período das facilidades, atingidos os «plafonds» de crédito, e instadas pelos bancos para procederem às reformas dos

A PAGINA 2

Sem alarde, na cidade

*Deixei a minha casa, o meu recato
Ao encontro de um meio evoluído
Mas de tudo o que vi... vi descatado
Que me fez regressar desiluído.*

*Há pouco fui a Lisboa
E deambulando à toa
Eu nem sei por onde andei...
Mas do que vi!... Que aflicção
Meteu-me tal confusão,
Com certeza que corei.*

*Com a boca muito aberta
Mais parecia um pateta
No meio de tanto alarido!
E ao sair da estação
Quase que fui pela mão
Dum amigo conhecido*

*Caminhando sempre a medo
No meu estilo de patego
A verdade é mesmo assim.
E em Lisboa!... E' claro!
Tornei-me logo reparo
De quem passava por mim.*

*Vi uns tantos guedelhudos
Vi outros muito barbudos
Sem geito ou qualquer piada...
Que pensei que aquela gente
Andava assim, indiferente,
Todo ano mascarada...*

*Elas, muito inofensivas,
Como flores descuidadas
No jardim da mocidade.
Calcorreavam caminhos,
Agarradas aos mocinhos
Passeavam à vontade.*

*E sem qualquer desplante
Numa risada constante
Lá seguiam os seus fins.
E com o correr dos tempos
Faziam os juramentos
Pelos bancos dos jardins...*

*De saias muito curtinhas,
Inovações — novas linhas...
Mini-saias lhes chamavam!...
Pois até aconteceu
Aos pategos como eu
A olhar... até paravam!*

*De palavras «bestiais»
Impróprias para os mortais
Foi o mais que ouvi por lá.
Eu pergunto, francamente,
Com o pensar desta gente
Onde é que isto parará?...*

*E' dum hom ficar louco...
Deve parar no «samouco»
Pois é esse o seu dizer.
E nessas palavras breves
Dizem depois que... «Percebes»!
E outras que é de morrer.*

*Desiluído fiquei
E a Figueiró regresssei
Depois de tantos tormentos.
Mas ainda espero voltar...
Desta vez p'ra visitar
A ponte e os monumentos!...*

XICO BEIRÃO

TEMAS SOCIAIS

Do Analfabetismo à Televisão

Por Zuzarte de Mendonça Filho

Proémio

O progresso, a civilização em sentido lato, ou seja o desenvolvimento na justiça e na paz segundo o admirável conceito de Paulo VI (1), não é produto do acaso. Somos dos que não acreditam nos casos da História na fatalidade cega de determinismos inexoráveis. Pois não disse um pensador ilustre, cujo nome não nos ocorre, que o acaso é o pseudónimo de Deus, quando não quer assinar? A acção dos povos, a política das nações, o entrechoque dos encontros muitas vezes opostos, é que enobrece ou avilta. Prémio ou castigo. E lá está a Divina Providência mais tarde ou mais cedo a revelar-se, dentro da inteligibilidade das coisas e das leis humanas. «Não há mudança que não tenha tido as suas causas nos séculos precedentes» (2).

Roma perdeu-se pela dissolução dos costumes. A chuva de Waterloo acabou de vez com o imperialismo napoleónico (3). O tiro de canhão, feito ao acaso que logo foi alvejar Turenne, entre dez ou doze pessoas, na batalha de Salzbach (1675) «estava carregado desde toda a eternidade» (4). Aljubarrota é a chave ideal do Atlântico, como Ceuta o prólogo da Índia. A grandeza, as dissipações e as crueldades das Conquistas, aliás próprias do tempo, com o cilíbato de D. Sebastião e o heróico delírio de Alcácer Quibir, trouxeram-nos uma noite de sessenta anos; mas foi a insurreição da Catalunha que gerou a oportunidade e iluminou os conjurados para a gloriosa manhã de Dezembro. Após o liberalismo demagógico, a nefasta propaganda partidária, as injúrias à consciência religiosa dos portugueses, a quase bancarrota das finanças públicas, também não foi por acaso que surgiu, com todos os seus ilustres cabos de guerra e estadistas insígnies, a pacífica arrancada de Exército e, em consequência, a reabilitação da Grei.

Assim tem evoluído o processo do nosso desenvolvimento, agora cortado por tantas vicissitudes de que alienamos a responsabilidade — v. g. a desordem internacional e o terrorismo africano — porém sempre sustentadas, ante as ameaças e perigos mais sérios, pelas graças da Providência, a recta intenção dos dirigentes e a intuitiva compreensão do povo.

Não. Não há casos no decurso da História.

Os eventos da História — provações ou triunfos — são os misteriosos caminhos de Deus.

Tomadas de posição

Temos que uma total extinção do analfabetismos, maior rentabilidade pedagógica do ensino e o ressurgimento do sector primário da economia, a modificarem profundamente as coordenadas do futuro, talvez remoto, serão, no entanto, dos agentes mais assinaláveis do desenvolvimento nacional deste fim de século. «O corporativismo tem de ser vivido e praticado pelo País inteiro», afirmou recentemente o Chefe do Governo (5) o que significa, por outras palavras, que República Corporativa representa uma força conscientemente disciplinada e disciplinadora, a animar todo o corpo da Nação.

De atrasados que estávamos, pode asseverar-se, sem pretensões de excessivo optimismo, que o trabalho dos actuais quarenta anos ultrapassou em muito os valores da última centúria, minada como foi, no plano propriamente interno, pelo desgaste da economia, o antagonismo das ideologias e o revoltar das lutas fratricidas a sufocarem, logo à nascença, o chamamento a ideias salvadoras.

Do analfabetismo à televisão, ou seja desde a calamitosa cifra de iletrados — quase dois milhões e setecentos mil para uma população global de 4550 699 (6) — o que acusava o mais baixo nível intelectual popular da Europa, até à época presente da escolaridade obrigatória, da alfabetização de adultos, da construção de milhares de escolas, salas de aulas e cantinas, ao abrigo da Lei n.º 2107 e do Plano dos centenários; desde o precário amanho das terras, dos absoletos meios de que dispunha o agricultor à mingua de conhecimentos técnico-profissionais, até ao surto de efectivos benefícios e de preconizadas medidas, postas em vigor na legislação ou aconselhadas pelos organismos competentes; a hidráulica agrícola, o repovoamento florestal, o emparcelamento da propriedade rústica, a mecanização da lavoura, os serviços da junta de Colonização Interna, da Estação Agronómica Nacional ou do Laboratório Químico Central, a felecidade dos

À PAGINA 3